

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.065 - SP (2019/0167672-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : CRISTINA CELIA PEREIRA CORREIA  
**ADVOGADOS** : ROBERTO PEREIRA GONÇALVES - SP105077  
KATIA NAVARRO RODRIGUES - SP175491  
IURI VILAS BOAS - SP414172  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CRISTINA CELIA PEREIRA CORREIA contra acórdão proferido pela 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2259465-92.2018.8.26.0000.

Noticiam os autos que a recorrente foi denunciada como incurso no artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/1990.

Buscando a suspensão da pretensão punitiva em razão de a acusada haver aderido a programa de parcelamento de crédito tributário, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que a ré já havia aderido a programa de parcelamento desde antes do oferecimento da denúncia, o que ensejaria a suspensão do processo, nos termos do artigo 9º da Lei 10.684/2003.

Alegam que o § 2º do artigo 83 da Lei 12.382/2011, que prevê a suspensão do feito apenas quando o parcelamento ocorre antes do recebimento da denúncia, violaria o princípio da humanidade.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal originária, e, no mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja trancada após o integral cumprimento do parcelamento firmado pela recorrente.

É o relatório.

Segundo consta da denúncia, a recorrente, na condição de sócia e administradora da empresa CRISEFLEX PRODUTOS TÉCNICOS DE BORRACHA LTDA., reduziu montante de ICMS que deveria recolher ao erário no total de R\$ 283.575.78 (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos), ao prestar declaração falsa às autoridades fazendárias (e-STJ fl. 13).

A empresa em questão foi objeto de fiscalização tributária, que terminou com a detecção do ilícito e a lavratura de auto de infração e imposição de multa, que foi julgado procedente e ensejou a inscrição do débito em dívida ativa e, 30.12.2004 (e-STJ fl. 14).

Antes do oferecimento da exordial, o Ministério Público requereu a intimação da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo para informar se a empresa havia aderido a programa de parcelamento e se estaria adimplindo os compromissos assumidos (e-STJ fl. 137), sobrevindo ofício no qual se atestou que foram identificadas "*duas CDAs referentes ao AIIM nº 4.028.011-1, as quais foram objeto de dois acordos de parcelamento (PEP nº 20061544-0 e PEP 20209365-8), ambos rompidos pelo contribuinte*" (e-STJ fl. 140).

A peça vestibular foi, então, apresentada pela acusação e recebida pelo magistrado singular, sendo que, no curso do processo, a defesa requereu a sua suspensão

ante a adesão a novo programa de parcelamento (e-STJ fls. 262/264).

O togado de origem indeferiu o pleito porque *"com o advento da Lei nº 12.382/2011 o parcelamento pode suspender a pretensão punitiva do Estado desde que tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia, o que não ocorreu nos autos"*, já que *"o parcelamento se consolidou apenas em agosto de 2017, enquanto a denúncia foi recebida por decisão de fls. 144/145, proferida em março do corrente ano. Ou seja, cinco meses antes do efetivação do parcelamento"* (e-STJ fls. 281/282).

Em novo pronunciamento, a defesa esclareceu que em 27.8.2013 aderiu a programa de parcelamento, no qual adimpliu 14 (catorze) das 24 (vinte e quatro) parcelas existentes, não tendo havido quitação por erro causado pelo departamento financeiro da empresa, razão pela qual aderiu a um novo programa de parcelamento em 2015, do qual conseguiu saldar apenas 3 (três) parcelas por problemas econômicos (e-STJ fls. 396/397).

Salientou que o débito tributário em questão sempre esteve em parcelamento, ensejando, assim, a suspensão da pretensão punitiva (e-STJ fls. 398/399), pedido que foi novamente indeferido pelo Juízo, sob o argumento de que *"ré não traz aos autos nenhum fato novo que já não tenha sido analisado em decisão de páginas 271/273, não cabendo arguir a incidência de dispositivo que teve sua incidência substituída pela do artigo 83, §2º, da Lei 9.430/96, segundo redação trazida pela Lei 12.832/2011"* (e-STJ fl. 406).

Feitos tais esclarecimentos, verifica-se que o débito tributário objeto da presente ação penal foi incluído em dívida ativa em 30.12.2014, quando já estava em vigor a Lei 12.382/2011, que prevê, no artigo 6º, que a suspensão da pretensão punitiva estatal ocorre apenas quando há o ingresso no programa de parcelamento **antes do recebimento da denúncia**, considerando-se revogadas, assim, as disposições em sentido contrário.

Com efeito, ainda que a Lei 10.684/2003 tenha permitido, à época da sua vigência, a suspensão da pretensão punitiva estatal sem qualquer restrição temporal, com o advento da Lei 12.382/2011 tal benefício só é possível quando o parcelamento é formalizado até o acolhimento da incoativa.

Sobre o assunto, é necessário registrar que, na própria exposição de motivos da Lei 12.382/2011, esclareceu-se que a pretensão punitiva estatal fica suspensa *"durante o período em que o agente enquadrado nos crimes a que se refere o art. 83 estiver incluído no parcelamento, desde que o requerimento desta transação tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal"*.

Por conseguinte, revela-se ilegítima a pretensão da defesa, no sentido de que a persecução penal em tela seja suspensa em decorrência do parcelamento dos tributos devidos após o acolhimento da inicial, uma vez que o ilícito fiscal assestado aos recorrentes restou caracterizado somente no ano de 2014, quando as disposições da Lei 10.684/2003 referentes ao aludido benefício não se encontravam mais vigentes.

Nesse sentido orienta-se a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça:

*PENAL. HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PARA FINS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTES DA NOVA REGRA. EXCLUSÃO DO PARCELAMENTO ANTERIOR POR INADIMPLEMENTO. REALIZAÇÃO DE NOVO PARCELAMENTO EM MOMENTO POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E À*

*ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. A nova redação do art. 83, § 2º, da Lei n. 9.430/1996, atribuída pela Lei n. 12.382/2011, por restringir a formulação do pedido de parcelamento ao período anterior ao recebimento da denúncia, é mais gravosa em relação ao regramento que substituiu, que não trazia essa limitação, o que impede sua aplicação às condutas a ela pretéritas.*

*(REsp 1493306/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 24/8/2017).*

*2. O novo parcelamento do débito tributário, realizado pelo recorrente em 2017, pela exclusão do parcelamento anterior em razão de inadimplemento, após a alteração legislativa e ao recebimento da denúncia, não é apto a suspender a pretensão punitiva do Estado.*

*3. Recurso em habeas corpus improvido.*

*(RHC 96.587/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 13/12/2018)*

No mesmo diapasão:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, II E IV, C/C ART. 12, I, AMBOS DA LEI N. 8.137/90. PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. ART. 83, § 2º, DA LEI N. 9.430/1996. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PROMOVIDA PELA LEI 12.386/2011. SÚMULA VINCULANTE 24. CONSUMAÇÃO DO DELITO APÓS O LANÇAMENTO DEFINITIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO REQUERIDO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. APLICAÇÃO DA NOVA REGRA. (...) RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*I - Somente há justa causa para a persecução penal pela prática do crime previsto no art. 1º, I a IV, da Lei n. 8.137/1990, com o advento do lançamento definitivo do crédito tributário. Nesse sentido, é o teor da Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo".*

*II - O art. 83, § 2º, da Lei 9.430/96, com redação determinada pela Lei 12.392/2011, ao estabelecer o recebimento da denúncia como limite temporal para o pedido de parcelamento para fins de suspensão da pretensão punitiva estatal, não se aplica aos crimes nos quais a constituição definitiva do crédito tributário se deu até 28/02/2011, data de vigência da lei posterior mais gravosa.*

*III - In casu, como a inscrição do débito em dívida ativa se deu em 2/6/2015, data posterior à alteração trazida pela Lei nº 12.382/11, com o recebimento da denúncia apenas em 17/5/2016, não há como evitar a aplicação da nova regra do art. 83, §2º, da Lei nº 9.430/96, trazida pela Lei nº 12.382/11, pois o recorrente aderiu a novo programa de parcelamento em 9/6/2016, ou seja, em data posterior ao recebimento da denúncia e seu aditamento.*

*(...)*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

*Recurso ordinário desprovido.*

*(RHC 94.845/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)*

Com o mesmo entendimento:

*PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PARA FINS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO E DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL (LEI Nº 12.382/2011). CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO APÓS A NOVA REGRA. PARCELAMENTO POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.*

*1. A inovação legislativa instituída pela Lei nº 12.382/2011 é mais gravosa ao réu, pois criou um marco temporal para o deferimento da suspensão da pretensão punitiva estatal, ou seja, exige-se que o pedido de parcelamento do débito tributário tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia, aplicando-se apenas às condutas perpetradas após a entrada de vigência, o que ocorre na espécie, uma vez que os créditos tributários que amparam a denúncia são de 2012 e 2013.*

*(...)*

*4. Recurso ordinário em habeas corpus improvido.*

*(RHC 86.857/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018)*

Irretocável, por conseguinte, o aresto impugnado, que concluiu que "o artigo 83, da Lei, 9.430/96, com a nova redação dada pela Lei 10.382/11, em seu §2º, é claro ao dizer que: 'É suspensa a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos no caput, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos ilícitos estiver incluída no parcelamento, **desde que o pedido de parcelamento tenha sido feito antes do recebimento da denúncia criminal**'", sendo que, "para efeitos legais de concessão do benefício, é desta data (24 de agosto de 2017 - data da celebração) que deve ser considerada", e que "mesmo quando da ocorrência dos fatos (maio e julho de 2011), já estava em vigor a lei nova (12.382/11 - publicada em 25 de fevereiro de 2011), razão pela qual ela deve ser aplicada" (e-STJ fls. 619/620).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator